RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2017

BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A CNPJ 26.310.070/0001-30

Demonstrações Contábeis:

- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Diretores e Administradores da

BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A

CNPJ 26.310.070/0001-30

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa BAHIAINVESTE - Empresa Baiana de Ativos S.A, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BAHIAINVESTE** - **Empresa Baiana de Ativos S.A** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Pederal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



3

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa não foram examinados por outros auditores independentes.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



5

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações da auditoria identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

OLIVEIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC N.º 2 SP 014925/O-1

CVM Nº 5521/99

PROF. BENTO MARCOS DE OLIVEIRA

CRC N.º 1 SP 103484/0-2

Sócio Diretor



BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A CNPJ № 26.310.070/0001-30 BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

(em reais)

ATIVO	2.017	2.016	PASSIVO	2.017	2.016
Circulante			Circulante		
Disponibilidades			Fornecedores	6.603,10	C
Caixa	234,82	1	Obrigações Tributárias	52.945,97	1
Bancos Conta Movimento	22.308,55	1.000.000,00	Obrigações Trabalhistas	229.035,50	28.201,08
Aplicações Financeiras	4.284.184,20	ı	Outras Obrigações	113.011,23	9.509,63
Total Disponibilidades	4.306.727,57	1.000.000,00	Total do circulante	401.595,80	37.710,71
Outros Créditos					
Adto a Empregados/Conselheiros	103,13	ì	Patrimônio Líquido		
Tributos a Recuperar	56.479,64	ī	Patrimônio líquido	8.030.000,00	1.030.000,00
Despesas pagas Antecipadamente	4.738,91	1	Capital a Integralizar		(30.000,00)
Total Outros Créditos	61.321,68		Déficit Acumulado	(3.905.000,67)	(37.710,71)
Total do circulante	4.368.049,25	1.000.000,00	Total do patrimônio social	4.124.999,33	962.289,29
Não Circulante					
Imobilizado	171.759,30	1			
(-) Depreciação	(13.213,42)	,			
Total do não circulante	158.545,88	ŧ			
TOTAL DO ATIVO	4.526.595,13	1.000.000,00	TOTAL DO PASSIVO	4.526.595,13	1.000.000,00



BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A CNPJ Nº 26.310.070/0001-30 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(em reais)

	2.017	2.016
Despesas Operacionais		
Despesas com Pessoal	(1.879.414,52)	(37.710,71)
Impostos, Taxas e Contribuições	(26.467,23)	±
Despesas Gerais	(2.228.069,25)	-
Outras Despesas Operacionais	(600,00)	5
Despesas Financeiras	(3.677,95)	-
(+) Receitas Financeiras	285.611,06	= =
	(3.852.617,89)	(37.710,71)
RESULTADO OPERACIONAL	(3.852.617,89)	(37.710,71)
Depreciações	(13.213,42)	±
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(3.865.831,31)	(37.710,71)



BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A CNPJ № 26.310.070/0001-30 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (DFC)

(em reais)

	2.017	2.016
I - Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(3.551.513,13)	
Resultado Líquido Ajustado	(3.854.076,54)	(37.710,71)
Resultado do Exercício	(3.865.831,31)	(37.710,71)
Ajustes Exercício Anterior	(1.458,65)	
Depreciações	13.213,42	·
(+/-) Aumento/ Diminuição do Ativo Circulante	(61.321,68)	-
Adiantamento a Empregados	(103,13)	-
Tributos a Recuperar	(56.479,64)	(#1)
Despesas pagas Antecipadamente	(4.738,91)	-
(+/-) Aumento/ Diminuição do Passivo Circulante	363.885,09	37.710,71
Fornecedores	6.603,10	150
Obrigações Tributárias	52.945,97	-
Obrigações Trabalhistas	200.834,42	28.201,08
Outras Obrigações	103.501,60	9.509,63
II - Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(171.759,30)	-
Investimento do Imobilizado Bruto	(171.759,30)	-
III - Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	7.030.000,00	1.000.000,00
Integralização de Capital	7.030.000,00	1.000.000,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	3.306.727,57	1.000.000,00
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes - Caixa	1.000.000,00	-
Saldo Final de Caixa e Equivalentes - Caixa	4.306.727,57	1.000.000,00
Variação do Caixa	3.306.727,57	1.000.000,00



BAHIAINVESTE - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A CNPJ № 26.310.070/0001-30 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em reais)

	Patrimônio Líquido	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Integralização do Capital Social Resultado do exercício	1.030.000,00	(30.000,00)	(37.710,71)	1.000.000,00 (37.710,71)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.030.000,00	(30.000,00)	(37.710,71)	962.289,29
Integralização do Capital Social Ajuste Exercício Anterior Resultado do exercício	7.000.000,00	30.000,00	(1.458,65) (3.865.831,31)	7.030.000,00 (1.458,65) (3.865.831,31)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.030.000,00	-	(3.905.000,67)	4.124.999,33



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BAHIAINVESTE — Empresa Baiana de Ativos S.A., sociedade de economia mista, constituída sob a forma de capital autorizado, com criação prevista na Lei nº 13.647, de 23 de dezembro de 2015, personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receitas próprios, autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico — SDE, tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, jurisdição em todo território estadual e prazo de duração indeterminado.

Constitui objeto social da BAHIAINVESTE as atividades de agenciamento de investimento em aplicações financeiras e de administração de participações em outras sociedades. Nas atividades mencionadas, compreendem a orientação, coordenação, estruturação e gestão de estudos, assistência técnico-consultiva e estruturação de iniciativas e de projetos econômicos de interesse de órgãos e entidades da Administração Estadual, inclusive nas áreas de infraestrutura e de exploração de ativos mobiliários, imobiliários e financeiros, sob formatos jurídicos diversos e, sempre que possível, mediante parcerias com o setor privado.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras foram consideradas as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades anônimas, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, com a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas atualizações. No artigo 176, a mencionada Lei determina que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- Balanço patrimonial (BP);
- Demonstração do resultado do exercício (DRE);
- Demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Capital Social

O capital Social integralizado em R\$ 8.030.000,00, divido em 8.030.000 de ações nominativas, sem valor nominal, pelo controlador em moeda corrente, no Banco do Brasil.

c) Cessão de Pessoal

De acordo com o capítulo VIII, Art. 49, do estatuto da BAHIAINVESTE, além dos seus empregados, a Companhia poderá ter à sua disposição, por ato de cessão, servidores ou empregados oriundos da Administração Estadual, que gerou uma obrigação, evidenciada no Balanço Patrimonial, referente à remuneração do funcionário com o Órgão cedente.



d) Prejuízo do Exercício

O prejuízo do período, como evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), ocorreu por não ter a BAHIAINVESTE auferido receita e pelo reconhecimento de despesas com o funcionário cedido à Companhia em 2017, para desenvolvimento dos trabalhos de estruturação e início da operação da Empresa.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

f) Demais Ativos – Créditos (Critério de avaliação)

- 1. Os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor;
- 2. Exclui-se os já prescritos;
- 3. Efetua-se as provisões adequadas para ajustar o valor provável de realização;
- 4. O custo de aquisição poderá ser aumentado, até o valor de mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos.

g) Imobilizado

Os bens do imobilizado serão avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e acrescido eventualmente do valor de reavaliação efetuada.



h) Despesas

É o gasto necessário para a obtenção de receita. As Despesas são gastos que não se identificam com o processo de transformação ou produção dos bens e produtos. As despesas estão relacionadas aos valores gastos com a estrutura administrativa e comercial da empresa.

i) Passivo Circulante

São escrituradas as obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não-circulante, quando se vencerem no exercício seguinte (prazo de 12 meses seguintes ao do balanço). No caso de o ciclo operacional da empresa ter duração maior que a do exercício social, a concepção terá por base o prazo desse ciclo.

j) Provisão de Férias

A provisão para pagamento de férias dos empregados deve ser contabilizada em obediência ao princípio de competência.

O montante da provisão para pagamento de remuneração de férias e dos encargos sociais incidentes sobre referida remuneração será debitado em conta de custos ou despesas operacionais. Se a provisão se referir a empregados vinculados a produção de mercadorias ou serviços, a provisão será debitada a conta de custos.

k) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido ou Capital Próprio representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa em um determinado momento. No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil devido pela pessoa jurídica aos sócios ou acionistas, baseado no Princípio da Entidade.



I) Composição do Imobilizado.

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

	2017	2016
Móveis e Utensílios	21.539,00	-
Máquinas e Equipamentos	6.700,00	-
Veículos	133.000,00	-
Computadores e Periféricos	10.520,30	-
	171.759,30	-
Depreciação Acumulada		
Móveis e Utensílios	(777,13)	-
Máquinas e Equipamentos	(232,21)	-
Veículos	(10.868,83)	-
Computadores e Periféricos	(1.335,25)	-
	(13.213,42)	-
Total	158.545,88	-



